

RELATÓRIO DE PESQUISA

JUNHO | 2020

Núcleo de Pesquisa em Tributação

Coordenação: Vanessa Rahal Canado

Pesquisa: Imposto sobre Grandes Fortunas

Etapa 2: Experiência Internacional

Responsáveis Técnicos (Etapa 2):

Daniel Zugman
Frederico Bastos

Equipe do Projeto:

Daniel Loria
Larissa Longo
Leonardo Alvim
Lorraine Messias

Insper

1. Contexto

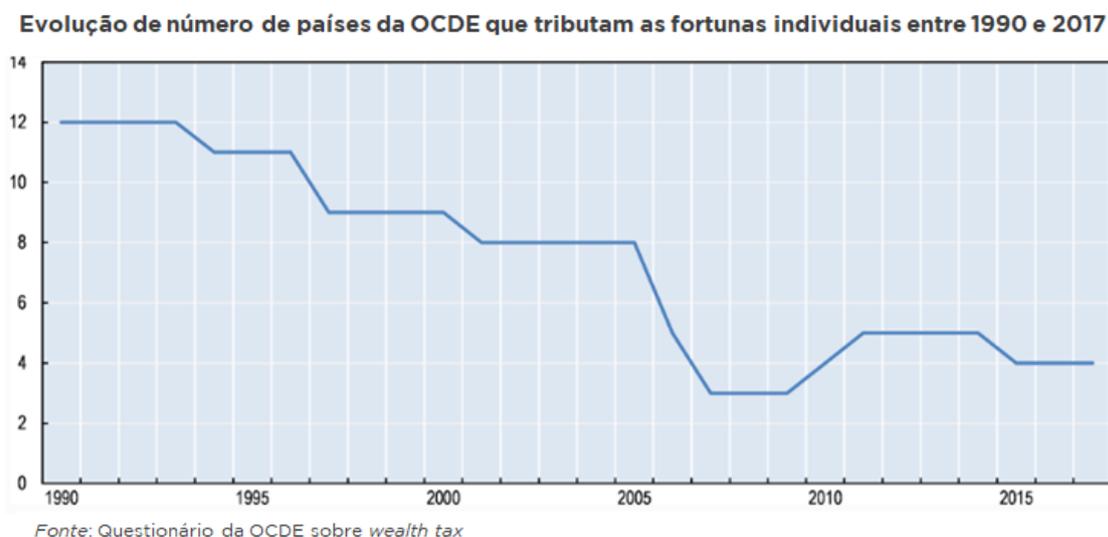
Os debates sobre a instituição de um imposto sobre fortunas (IF) advêm, historicamente, da percepção de que há uma falha no sistema tradicional de tributação do consumo, da propriedade e da renda, relativamente àqueles com maior capacidade contributiva.

A tentativa de instituição de um IF passou a ser vista como um instrumento para ampliar a arrecadação e possibilitar uma melhor redistribuição da carga tributária ou através programas sociais de distribuição de renda. Sua aplicação mais ostensiva se deu entre os países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Desde 1965, a OCDE divulga dados de arrecadação dos tributos sobre fortunas instituídos por seus países membros¹.

De acordo com os dados da OCDE, dentre os seus 37 países membros², 12 países (32%) chegaram a instituir a cobrança do IF de pessoas físicas: Áustria, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suécia e Suíça³.

Gráfico 1 – Número de países que tributam fortunas



No entanto, historicamente, o número vem sendo cada vez menor e, atualmente, limita-se a apenas 3 países (8%): Espanha, Noruega e Suíça⁴.

¹ Disponível em: <<https://taxfoundation.org/elizabeth-warren-wealth-tax-oecd/>>. Acesso em : 05/05/2020.

² Disponível em: <<https://www.oecd.org/about/members-and-partners/>>. Acesso em: 05/05/2020.

³ OECD. The Role and Design of Net Wealth Taxes in the OECD, 2018, p.16.

⁴ Idem. Outros 4 países adotam o tributo sobre ativos selecionados (França, Itália, Países Baixos e Bélgica).

O IF vigente nesses três países possui alíquotas nominais progressivas e incidem sobre as fortunas líquidas de pessoas físicas (entendidas como ativos menos passivos, considerados a valor justo).

De acordo com o último relatório produzido pela OCDE a respeito de políticas fiscais relacionadas ao IF (*The Role and Design of Net Wealth Taxes in the OECD*, 2018), nos países em que instituído, ele representa uma pequena parcela do total de receitas tributárias, sendo que, em longos períodos, a maioria dos Estados experimentaram a manutenção ou queda na sua arrecadação⁵.

O relatório pondera que as diferenças de arrecadação entre os países podem decorrer de uma variedade de fatores, incluindo a estrutura do tributo (ativos considerados como tributáveis, alíquotas, limites de isenção, tratamento fiscal de dívidas etc.); a possibilidade e propensão de os contribuintes evitarem o recolhimento (mobilidade do capital e acesso a paraísos fiscais); a percepção de que o IF não alcança devidamente o seu objetivo na redistribuição das riquezas; e os significativos custos administrativos para a fiscalização e arrecadação do tributo comparada com o seu efeito arrecadatário⁶.

Esses dados levantam dúvidas a respeito da efetividade do IF, tanto no que se refere à arrecadação como em relação à redução das desigualdades sociais, principalmente quando comparado aos tributos já existentes (*income tax, estate tax, gift tax* etc).

O quadro abaixo compara a arrecadação do IF em relação ao total da arrecadação tributária de cada país (em ordem de relevância do tributo perante a arrecadação total de cada país⁷):

Tributos sobre Fortunas nos países da OCDE					
	1995	2000	2005	2010	2015
Suíça	2,86	3,09	3,36	3,40	3,62
Noruega	1,31	1,09	1,02	1,12	1,08
Islândia	1,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Países Baixos	0,55	0,49	0,03	0,01	0,00
Espanha	0,53	0,65	0,52	0,21	0,53
Suécia	0,41	0,69	0,36	0,00	0,00
Alemanha	0,26	0,02	0,01	0,00	0,00
França	0,25	0,38	0,40	0,53	0,52
Itália	0,21	0,00	0,00	0,00	0,00
Dinamarca	0,19	0,00	0,00	0,00	0,00
Finlândia	0,08	0,28	0,18	0,00	0,00
Áustria	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 1 – Percentual do produto da arrecadação do IF em relação à arrecadação tributária total do país

⁵ OECD. *The Role and Design of Net Wealth Taxes in the OECD*, 2018, p.20.

⁶ OECD. *The Role and Design of Net Wealth Taxes in the OECD*, 2018, p.17.

⁷ OECD Global Revenue Statistics (code 4210, Individual Recurrent Taxes on Net Wealth). Disponível em: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REV>>. Acesso em 05/05/2020. Em 1995 a Grécia teve um imposto sobre fortuna imobiliária que não se adequa ao conceito de net wealth taxes aplicado neste estudo e, portanto, foi excluído da amostra.

Note-se que, mesmo nos países que ainda mantêm o imposto sobre fortunas, tal tributo tem pequena representatividade em relação ao total arrecadado pelo país:

	Total da Arrecadação USD - Bilhões	% da arrecadação do tributo em relação à arrecadação total (2018)	% da arrecadação do tributo em relação ao PIB (2018)
Espanha	490.5	0,5%	0,2%
Noruega	169.6	1,1%	0,4%
Suíça	197.1	3,9%	1,1%

Tabela 2 – Representatividade da arrecadação do IGF em percentual sobre o valor total de arrecadação tributária e em relação ao PIB⁸

Preocupações com a eficiência e os custos administrativos em face das receitas alcançadas levaram à revogação do IF na maioria dos países membros da OCDE.

O aumento da desigualdade e a necessidade de equilibrar os orçamentos públicos, agravados pela pandemia gerada pelo COVID-19, reavivaram a discussão sobre o IF.⁹

Nos Estados Unidos, pré-candidatos à corrida presidencial de 2020 apresentaram propostas para a instituição do IF¹⁰. No Brasil, conforme mapeamento apresentado na Etapa 1 desta Pesquisa, a pandemia do COVID-19 levou congressistas a apresentarem 13 novos projetos de lei (PL) para instituir o imposto sobre *grandes* fortunas (IGF)¹¹.

Os projetos de lei apresentados até o momento defendem a instituição do IGF ressaltando-o como mecanismo de distribuição de renda, diminuição da desigualdade social e aumento de arrecadação para maior poder de investimento em educação e saúde, especialmente considerando o atual contexto do COVID-19. Não há citação de estudos que demonstrem a efetividade desse imposto nos moldes propostos, ou seja, ignora-se que a maior parte dos países que já adotaram o imposto acabaram revogando-o.

Há indícios de que a instituição do IGF implicaria fuga de capitais e redução de investimentos no país. A confirmação dessa hipótese será objeto de estudo na próxima etapa desta pesquisa (Etapa 3)¹².

⁸ Tabela elaborada pelos autores a partir de dados disponíveis em: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REV>>. Acesso em 05/05/2020.

⁹ OECD. The role and design of net wealth taxes in the OECD. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/9789264290303-6-en/index.html?itemId=/content/component/9789264290303-6-en>>. Acesso em 03/05/2020.

¹⁰ “The Liberal Economists Behind the Wealth Tax Debate”, The New York Times, 21 de fevereiro de 2020.

¹¹ Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/conhecimento/direito/pandemia-impulsiona-apresentacao-de-projetos-para-taxar-grandes-fortunas/>>. Acesso em: 05/05/2020.

¹² Nesse sentido, ver: <https://exame.abril.com.br/economia/por-que-estes-economistas-nao-apoiam-um-imposto-sobre-fortunas/>.

Nesta Etapa 2, nosso objetivo foi verificar a experiência internacional com relação ao perfil do IF nos países que adotaram ou ainda adotam o imposto, trazendo dados para fundamentar o debate sobre a assunto no Brasil.

2. Premissas e Objetivos da Etapa 2

O objetivo desta Etapa é (a) mapear os países que já instituíram em seus sistemas tributários um IF e (b) descrever o perfil dos IF atualmente vigentes no mundo. Esta Etapa ainda não contempla os efeitos socioeconômicos, o que será objeto da Etapa 3.

No mapeamento realizado adotou-se o conceito de *net wealth taxes* aplicado pela OCDE para a análise de todos os seus países membros que possuíram ou possuem um IF.

Segundo a organização, os *net wealth taxes* (NWT) são tributos nacionais e subnacionais recorrentes (geralmente anuais) sobre a riqueza acumulada (ampla gama de bens móveis e imóveis) por um indivíduo, líquida de dívidas. Complementarmente a OCDE destaca que são distintos de outros impostos sobre capital, tais como impostos sobre renda e impostos sobre transferências de patrimônio¹³, com eles não se confundindo.

Ao analisarmos os sistemas tributários dos países membros da OCDE a fim de identificar tributos que se qualificassem como NWT ou dele se aproximassem, foram identificados três países que tributam seus contribuintes segundo o conceito de *net wealth taxes* (Espanha, Noruega e Suíça), bem como outros quatro países (Bélgica, França, Itália e Países Baixos) que cobravam até 2018¹⁴ ou ainda cobram tributos sobre ativos específicos (*wealth taxes on selected assets*), mas não necessariamente se adequam ao conceito de tributo sobre fortunas utilizados nesse estudo¹⁵.



¹³ Net wealth taxes are recurrent taxes on individual net wealth stocks. They include national and subnational recurrent taxes on a wide range of movable and immovable property, net of debt. They are distinct from other taxes on capital, including taxes on capital income and taxes on wealth transfers. They can also be distinguished from other taxes on wealth stocks: compared to recurrent taxes on immovable property, they are taxes on a broad range of property and debts are deductible; and unlike sporadic capital levies, net wealth taxes are levied on a regular basis (usually annually). OECD. The role and design of net wealth taxes in the OECD. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/9789264290303-6-en/index.html?itemId=/content/component/9789264290303-6-en>>. Acesso em 03/05/2020.

¹⁴ Base estatística de dados da OCDE utilizada nessa pesquisa.

¹⁵ Disponível em: <<https://taxfoundation.org/wealth-tax-europe/>>. Acesso em: 03/05/2020.

Importante notar que o NWT, segundo o conceito da OCDE, não necessariamente consiste em tributação de *grandes* fortunas, tal como previsto na Constituição brasileira. A OCDE visualiza este tipo de tributo (sobre fortunas) como forma alternativa de tributação do patrimônio, que deve ser avaliada no contexto específico de cada sistema tributário. Apenas para citar alguns exemplos, a Noruega adota o NWT, mas, por outro lado, não impõe tributação sobre doações e heranças¹⁶. A Suíça também adota o mesmo tipo de tributo, mas possui tributação pouco relevante sobre doações e heranças, além de adotar, na prática, um sistema tributário em base territorial (*i.e.*, renda e patrimônio não são tributados em bases universais)¹⁷.

No caso brasileiro, a figura do imposto sobre *grandes* fortunas, viria adicionalmente aos tributos que já incidem sobre patrimônio (IPTU, IPVA, ITR, ITCMD e ITBI), para além da tributação da renda e de ganhos de capital (que incidem em bases universais). Isso não necessariamente impede a instituição do IGF, mas é preciso avaliar a pertinência e os impactos econômicos desse tributo em nossa realidade específica.

A experiência internacional deve ser considerada como contribuição para o debate brasileiro, mas dados como bases de cálculo, alíquotas, entre outros, não podem ser importados ou comparados levemente sem considerar as peculiaridades de cada país e sistema tributário.

3. Análise (I) – Net Wealth Taxes

Espanha

Continente: Europa
OCDE: Sim
Alíquota: 0,2% a 2,5%
Base de Cálculo: Fortuna líquida que ultrapasse €700.000, podendo ser aplicáveis diversas deduções
Sujeito Passivo: Residentes fiscais sobre riqueza em bases universais e não residentes sobre ativos situados na Espanha.
% da Arrecadação: 0,5%
% do PIB: 0,2%

A Espanha introduziu o “Impuesto Sobre El Patrimonio” em 1977, inicialmente como um imposto temporário. Acabou vigorando por mais de trinta anos, tendo sido suspenso em 2008 e reintroduzido em 2011¹⁸, também supostamente em caráter

¹⁶ É o caso da Noruega, por exemplo, como será explicitado adiante.

¹⁷ Disponível em: <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2018/06/european-tax-switzerland-country-profile.html> Acesso em 06.05.2020.

¹⁸ <https://www.spanishpropertyinsight.com/tax-and-pensions/spanish-wealth-tax-patrimonio/>

temporário para mitigar a crise econômica que o país vinha enfrentando¹⁹. Vem sendo renovado sucessivamente desde então e encontra-se em vigor atualmente²⁰.

O imposto incide sobre a riqueza líquida de pessoas físicas verificada em 31 de dezembro de cada ano. A base de cálculo é composta por todos os ativos e direitos que possam ser economicamente valorados, subtraídos de todos os ônus e dívidas que possam reduzir o patrimônio do contribuinte²¹.

No caso de residentes fiscais na Espanha, o imposto incide em bases universais e é devido à autoridade governamental local (governo autônomo), enquanto no caso de não-residentes, o imposto incide apenas sobre ativos localizados na Espanha e é devido ao governo central.

Existe uma legislação nacional do imposto, mas os governos autônomos podem modificar alíquotas, faixas de isenção e deduções para seus residentes fiscais. Não-residentes obrigatoriamente se sujeitam às regras de caráter nacional²². Caso os governos autônomos não instituíam legislação própria, aplicam-se as regras previstas na legislação nacional²³.

Segundo a legislação nacional, as alíquotas progressivas do imposto começam em 0,2% sobre riqueza líquida de até €167.129 (valor este após as deduções e faixas de isenção aplicáveis) e podem alcançar até 2,5% para riqueza líquida acima de € 10.695.996 (valor este após as deduções e faixas de isenção aplicáveis)²⁴. Como dito, as regiões autônomas podem instituir legislações próprias para majorar ou reduzir essas alíquotas.

Segundo a legislação nacional, o imposto incide sobre a riqueza líquida que ultrapasse €700.000 (embora essa faixa de isenção possa variar em certas regiões autônomas espanholas). Os residentes espanhóis podem obter uma dedução adicional de até €300.000 em relação ao valor de sua residência, de modo que o imposto incidirá apenas sobre a riqueza líquida que supere €1 milhão.²⁵

Diversas deduções também podem ser aplicáveis, aumentando a faixa de riqueza líquida não tributável. É o caso, por exemplo, de participações societárias detidas em

¹⁹ “La necesidad de asegurar la estabilidad de nuestra economía y favorecer la recuperación y el empleo aconseja la adopción de nuevas medidas tributarias que refuercen los ingresos públicos.

En la configuración de estas medidas, que complementan otras ya adoptadas, resulta esencial la aplicación del principio de equidad para que haya una mayor contribución a la salida de la crisis por parte de quienes tienen una mayor capacidad económica.

Así, las circunstancias actuales y los efectos de la crisis económica hacen necesario el restablecimiento efectivo del Impuesto sobre el Patrimonio, de tal manera que quienes más tienen contribuyan en mayor medida a la salida de la crisis reforzando el cumplimiento de los objetivos de estabilidad presupuestaria asumidos por España.” (“Real Decreto-ley 13/2011, de 16 de septiembre, por el que se restablece el Impuesto sobre el Patrimonio, con carácter temporal”. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2011-14809>)

²⁰ Disponível em: <<https://taxsummaries.pwc.com/spain/individual/other-taxes>> Acesso em 04.05.2020.

²¹ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 250. e Disponível em: <<https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

²² Disponível em: <<https://www.andalucia-lawyers.com/spanish-wealth-tax-2016/>> Acesso em 04.05.2020.

²³ Disponível em: <<https://taxsummaries.pwc.com/spain/individual/other-taxes>> Acesso em 04.05.2020.

²⁴ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 250. e Disponível em: <<https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

²⁵ Disponível em: <<https://www.blevinsfranks.com/news/articles/spain-wealth-tax-rates-and-allowances>> Acesso em 04.05.2020.

empresas “familiares” que atendam certas condições e de recursos poupados através de planos previdência²⁶.

A avaliação de bens e direitos deve ser realizada de acordo com regras específicas. Por exemplo, imóveis são avaliados pelo que for mais alto entre: (i) o custo de aquisição, (ii) o valor cadastral ou (iii) o valor declarado para outros impostos²⁷.

Vale notar que as faixas de isenção e deduções são aplicáveis individualmente, portanto, por exemplo, um casal residente na Espanha e possuidor de propriedades em nome comum poderia ter um patrimônio total isento deste imposto de 2 milhões de euros.

Em relação à arrecadação do imposto, dados da OCDE indicam que em 2018 este imposto representou 0,5% da arrecadação tributária total do país e 0,2% do Produto Interno Bruto²⁸.

Noruega

Continente: Europa

OCDE: Sim

Alíquota: 0,7% paga ao governo municipal e 0,15% paga ao governo nacional

Base de Cálculo: riqueza líquida que ultrapasse NOK 1,5 milhões (aprox. €135.000)

Sujeito Passivo: Residentes fiscais sobre riqueza em bases universais e não residentes sobre ativos situados na Noruega.

% da Arrecadação: 1,1%

% do PIB: 0,4%

O imposto sobre riqueza líquida é devido por contribuintes sobre seus ativos, deduzidos os passivos, verificados em 1º de janeiro de cada ano. O tributo só é devido sobre a parcela da riqueza líquida que ultrapassar NOK 1,5 milhões (2019)²⁹, sendo aplicável alíquota de 0,7% a ser paga para a municipalidade em que reside o contribuinte e 0,15% a ser paga ao governo nacional^{30 31}.

Residentes fiscais noruegueses estão sujeitos ao imposto em bases universais. O patrimônio de casais que moram juntos é considerado de forma agregada para o propósito do imposto³². Portanto, por exemplo, um casal só será tributado sobre a riqueza líquida que ultrapassar NOK 3 milhões³³.

²⁶ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 250. e Disponível em: <<https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

²⁷ Idem.

²⁸ Dados extraídos de: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REV>> em relação a “Individual recurrent taxes on net wealth”. Acesso em 05/05/2020.

²⁹ Aproximadamente €135.000, em 05/05/2020 (cf. <https://pt.exchange-rates.org/>).

³⁰ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 250. e Disponível em: <<https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

³¹ Disponível em: <<https://www.nordisketax.net/main.asp?url=files/nor/eng/i07.asp>>. Acesso em 04/05/2020.

³² Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/cn/Documents/international-business-support/deloitte-cn-ibs-norway-tax-invest-en-2016.pdf>>. Acesso em 05/05/2020.

³³ Disponível em: <<https://taxsummaries.pwc.com/norway/individual/other-taxes>>. Acesso em 05/05/2020.

Não residentes pagam o imposto sobre ativos imobiliários situados na Noruega. São aplicáveis as mesmas alíquotas de 0,7% e 0,15%, mas não se aplica a faixa de isenção de NOK 1,5 milhões em relação à alíquota paga ao governo municipal. Hipotecas sobre os ativos noruegueses podem ser deduzidas da base de cálculo do imposto devido por não residentes³⁴.

Ademais, interessante notar que desde 2014 a Noruega não possui impostos específicos sobre doações e heranças³⁵.

Em relação à arrecadação do imposto, dados da OCDE indicam que em 2018 este imposto representou 1,1% da arrecadação tributária total do país e 0,4% do Produto Interno Bruto³⁶.

Suíça

Continente: Europa

OCDE: Sim

Alíquota: Varia significativamente em cada Cantão, de 0,3% a 1%

Base de Cálculo: Riqueza líquida (ativos menos passivos considerados a valor justo)

Sujeito Passivo: Residentes fiscais sobre riqueza situada na Suíça (embora ativos estrangeiros sejam considerados para fins de determinação da alíquota aplicável) e não residentes sobre ativos situados na Suíça.

% da Arrecadação: 3,9%

% do PIB: 1,1%

Pode-se afirmar que a Suíça é o país com a experiência mais relevante na utilização do imposto sobre fortunas. Esse imposto foi introduzido no país em 1840³⁷ e atualmente representa 3,6% do total da sua arrecadação tributária³⁸.

Trata-se de imposto de competência cantonal/municipal. Os ativos no exterior são considerados para fins de determinação da alíquota aplicável, mas regra geral não são tributáveis na Suíça³⁹. A base de cálculo é a riqueza líquida, consistente na diferença entre ativos e passivos que reduzam o patrimônio do contribuinte⁴⁰. Os ativos e passivos são considerados a valor justo. Conseqüentemente, alguns ativos estão sujeitos a depreciação.

³⁴ Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/cn/Documents/international-business-support/deloitte-cn-ibs-norway-tax-invest-en-2016.pdf>>. Acesso em 05/05/2020.

³⁵ Disponível em: <<https://taxsummaries.pwc.com/norway/individual/other-taxes>>. Acesso em 05/05/2020.

³⁶ Dados extraídos de: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REV>> em relação a "Individual recurrent taxes on net wealth". Acesso em 05.05.2020.

³⁷ Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/4-european-countries-wealth-tax-spain-norway-switzerland-belgium-2019-11#belgium-enacted-a-limited-wealth-tax-last-year-on-securities-accounts-containing-over-500000-4>>. Acesso em 05/05/2020.

³⁸ Disponível em: <<https://voxeu.org/article/wealth-taxation-swiss-experience>>. Acesso em 05/05/2020.

³⁹ Disponível em: <<https://taxsummaries.pwc.com/switzerland/individual/other-taxes>>. Acesso em 05/05/2020.

⁴⁰ Disponível em: <ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 250. e Disponível em: <<https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

As alíquotas variam significativamente entre os 26 cantões, iniciando em 0,3% e podendo chegar a 1% aplicáveis sobre a riqueza líquida⁴¹.

As faixas de isenção para um casal sem filhos variam de 50.000 a 250.000 francos suíços⁴². Pode-se afirmar, portanto, que o imposto afeta boa parte da classe média e não apenas as famílias mais ricas⁴³. Em Zurich, por exemplo, a tributação incide sobre riqueza líquida a partir de 77.000 francos suíços⁴⁴.

Em relação à arrecadação do imposto, dados da OCDE indicam que em 2018 este imposto representou 3,9% da arrecadação tributária total do país e 1,1% do Produto Interno Bruto⁴⁵.

4. Análise (II) – *Wealth taxes on selected assets*

Bélgica

Continente: Europa

OCDE: Sim

Alíquota: 0,15%

Base de Cálculo: sobre o valor total de determinados valores mobiliários que superassem a quantia de €500.000 por investidor pessoa física.

Sujeito Passivo: Para os residentes, o tributo aplicava-se aos valores mobiliários detidos na Bélgica e no exterior. Para não residentes, apenas os investimentos mantidos em um intermediário financeiro belga.

Em 2018, a Bélgica aprovou a introdução de um imposto sobre fortunas no país (*national tax on securities accounts*). Contudo, em 2019, a Suprema Corte Belga julgou o tributo inconstitucional com efeitos a partir de outubro de 2019. Assim, atualmente, não há imposto sobre fortunas no país.

O tributo julgado inconstitucional incidia anualmente à alíquota de 0,15% sobre o valor total de determinados valores mobiliários (ex. *shares, bonds, certificates, investment funds* etc.) que superassem a quantia de € 500.000 por investidor pessoa física⁴⁶.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/4-european-countries-wealth-tax-spain-norway-switzerland-belgium-2019-11#belgium-enacted-a-limited-wealth-tax-last-year-on-securities-accounts-containing-over-500000-4>>. Acesso em 05/05/2020.

⁴² Equivalente a aproximadamente €47.502 e €237.511, em 06.05.2020 (cf. <https://pt.exchange-rates.org/>).

⁴³ Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/4-european-countries-wealth-tax-spain-norway-switzerland-belgium-2019-11#belgium-enacted-a-limited-wealth-tax-last-year-on-securities-accounts-containing-over-500000-4>>. Acesso em 05/05/2020.

⁴⁴ Equivalente a aproximadamente €73.141, em 06.05.2020 (cf. <https://pt.exchange-rates.org/>).

⁴⁵ Dados extraídos de: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REV>> em relação a “Individual recurrent taxes on net wealth”. Acesso em 05.05.2020.

⁴⁶ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 23.

O imposto também se aplicava a contribuintes com contas de valores mobiliários e investimentos em diferentes instituições financeiras que coletivamente tivessem um valor de € 500.000 ou mais⁴⁷, mesmo que o valor em cada instituição financeira separadamente fosse menor que € 500.000.

Para os residentes belgas, o imposto aplicava-se aos valores mobiliários detidos na Bélgica e no exterior. Para não residentes, apenas os investimentos mantidos em um intermediário financeiro belga (ex. banco belga) estariam sujeitos ao imposto⁴⁸.

A legislação incluía também uma cláusula anti-evasão para abordar, entre outras coisas, situações em que indivíduos detivessem uma conta de valores mobiliários por meio de pessoas jurídicas de investimento.

Em razão do pouco tempo de vigência da norma - em razão do julgamento da sua inconstitucionalidade - não foram identificados dados referentes ao potencial arrecadatário deste tributo.

França

Continente: Europa

OCDE: Sim

Alíquota: 0,5% a 1,5%

Base de Cálculo: Fortuna imobiliária líquida superior a €800.000, sendo aplicáveis diversas deduções e isenções

A França introduziu em 1989 o “Impôt de solidarité sur la fortune (ISF)”. Tratava-se de imposto anual, progressivo, com alíquotas de 0,5% a 1,5%, cuja hipótese de incidência era possuir riqueza líquida superior a €1,3 milhões. O imposto incidia, então, somente sobre a parcela de tais ativos líquidos que superasse €800.000⁴⁹.

O tributo foi duramente criticado pelo então candidato à Presidência Emmanuel Macron, que alegou ser injusto tributar adicionalmente aqueles que investiam na economia real⁵⁰. Ao ser eleito, o imposto foi substituído pelo “Impôt sur la Fortune Immobilière (IFI)”, passando a incidir, a partir de janeiro de 2018, exclusivamente sobre fortunas imobiliárias e se afastando do conceito de imposto sobre fortunas estabelecido pela OCDE.

O fato gerador do imposto sobre fortunas imobiliárias continua ser proprietário de riqueza superior a €1,3 milhões, verificada em 1º de janeiro de cada ano, porém passou

⁴⁷ Para o cálculo do limite de € 500.000 e da base tributável, eram considerados quase todos os valores mobiliários, exceto derivativos (ex. opções, futuros etc.), certos produtos estruturados e ações nominativas (ações que não são mantidas em uma conta de valores mobiliários). Além disso, as contas de valores mobiliários mantidas no âmbito de contratos de poupança de pensão/seguro de vida estão fora do escopo e não precisam ser levadas em consideração. Disponível em: <<https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2018/02/flash-alert-2018-024.html>>. Acesso em 03/05/2020.

⁴⁸ Disponível em: <<https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2018/02/flash-alert-2018-024.html>>. Acesso em 03/05/2020.
⁴⁹ Disponível em: <<https://www.french-property.com/guides/france/finance-taxation/taxation/wealth-tax>>. Acesso em 05/05/2020.

⁵⁰ “Je transformerai l'ISF en impôt sur la rente immobilière. J'exonérerai tout ce qui finance l'économie réelle”.
<https://www.french-property.com/guides/france/finance-taxation/taxation/wealth-tax>

a estar limitado à riqueza de natureza imobiliária⁵¹. Isso inclui ativos imobiliários e direitos reais detidos diretamente ou através de estruturas societárias (neste último caso apenas a fração do valor da participação societária representativa do valor do imóvel será considerada). Os ativos imobiliários são considerados de acordo com seu valor de mercado⁵² e são deduzidas as dívidas relacionadas ao patrimônio imobiliário⁵³.

No caso de residentes fiscais franceses, o fato gerador e a base de cálculo contemplam ativos imobiliários localizados em qualquer jurisdição, enquanto no caso de não-residentes consideram-se apenas ativos imobiliários situados na França⁵⁴.

Uma série de isenções e deduções estão disponíveis. São isentos, por exemplo, ativos imobiliários e direitos reais empregados diretamente em atividades industriais, comerciais, agricultura ou em serviços profissionais, inclusive detidos por meio de pessoas jurídicas. O imóvel de residência do contribuinte também é beneficiado com uma dedução correspondente a 30% do seu valor de mercado.

As alíquotas são progressivas a começam em 0,5% sobre a riqueza imobiliária líquida que ultrapassar a faixa de isenção de €800.000 e podem alcançar 1,5% sobre o que exceder €10 milhões^{55 56}.

Em relação à arrecadação do imposto, a OCDE apresenta dados para a França no ano de 2018 que não indicam claramente se dizem respeito ao extinto ISF ou ao novo IFI. Considerando que o IFI não se enquadra precisamente no conceito de imposto sobre fortunas da OCDE e que existem dados específicos para impostos sobre patrimônio imobiliário (sem segregar, contudo, especificamente o imposto sobre fortunas imobiliárias), é razoável presumir que ao fazer referência a “Individual recurrent taxes on net wealth”, a OCDE esteja trazendo dados de 2018 que ainda refletem o antigo ISF⁵⁷. Portanto, não foi possível localizar dados arrecadatórios sobre o IFI na base de dados da OCDE.

Itália

Continente: Europa

OCDE: Sim

Alíquota: 0,2% para ativos financeiros e 0,76% para propriedades imobiliárias

Base de Cálculo: Valor total dos ativos financeiros e propriedades imobiliárias detidas no exterior por contribuintes italianos.

Sujeito Passivo: Aplicável aos residentes fiscais italianos.

⁵¹ Disponível em: <<https://www.cabinet-roche.com/en/the-wealth-tax-in-france-overview/>>. Acesso em 05/05/2020.

⁵² Idem.

⁵³ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 250. e Disponível em: <

<https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

⁵⁴ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 250. e Disponível em: <<https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

⁵⁵ Disponível em: <<https://taxsummaries.pwc.com/france/individual/other-taxes>> Acesso em 03/05/2020.

⁵⁶ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 250. e Disponível em: <

<https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

⁵⁷ Dados extraídos de: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REV>> em relação a “Individual recurrent taxes on net wealth”. Acesso em 05.05.2020.

Em 2011, o governo italiano introduziu um tributo sobre ativos financeiros mantidos no exterior por pessoas físicas residentes na Itália (*Imposta sul valore delle Attività Finanziarie detenute all' Estero*).

A base tributável corresponde ao valor de mercado das aplicações financeiras no exterior no final de cada ano (31 de dezembro ou no final do período de manutenção dos ativos). O tributo aplica-se a todos os contribuintes italianos que tenham saldo superior a € 5.000 em conta no exterior.⁵⁸

A alíquota anual atualmente aplicável é de 0,2% e é devida proporcionalmente à porcentagem de propriedade de cada contribuinte e ao período de propriedade do ativo.

Complementarmente, a partir de 2012, o governo italiano também introduziu um imposto sobre a propriedade de imóveis mantidos no exterior por residentes fiscais italianos (*Imposta sul valore degli immobile situati all'estero*)⁵⁹.

Esse imposto é aplicado a uma taxa de 0,76% ao ano sobre o valor da propriedade⁶⁰ (devido proporcionalmente à porcentagem da propriedade de cada contribuinte e ao período de propriedade do bem imóvel). O valor tributável é igual ao custo de compra ou, na sua falta, ao valor justo de mercado (FMV) da propriedade, ou, em alguns casos, com um valor arbitrado de acordo com a lei italiana e a lei estrangeira.⁶¹

Se os imóveis ou ativos financeiros estiverem sujeitos a um tributo estrangeiro sobre a fortuna (*foreign wealth tax*), o contribuinte poderá deduzir o valor pago do imposto devido na declaração de imposto italiana. Os tributos sobre os imóveis ou ativos financeiros são determinados quando da apresentação da declaração de imposto de renda italiana.

Os indivíduos que migram sua residência fiscal do exterior para a Itália podem optar por tributar sua renda originária de fontes não italianas por meio da aplicação de um imposto substitutivo fixo, no valor fixo anual de €100.000 e, portanto, não se aplicando os tributos sobre a propriedade de ativos financeiros e imobiliários.⁶²

Não foi possível aferir o potencial arrecadatário desses tributos nem a sua relação com o produto interno do país, haja vista não se enquadrarem no conceito de *net wealth taxes* utilizado pela OCDE (*4210 Individual recurrent taxes on net wealth*).⁶³

⁵⁸ Somente para contas bancárias, o imposto é cobrado por meio de uma quantia fixa igual a 34,20 EUR para cada conta bancária. Este montante fixo não é devido se o valor médio da poupança for inferior a 5.000 euros, levando em consideração todas as contas bancárias pertencentes ao contribuinte. Disponível em: <<https://taxsummaries.pwc.com/italy/individual/taxes-on-personal-income>>. Acesso em 03/05/2020.

⁵⁹ Indivíduos que transferem residência para fins fiscais na Itália, desde que outras condições sejam cumpridas e que uma decisão seja emitida pelas autoridades fiscais italianas, não estão sujeitos à tributação sobre ativos financeiros e imóveis mantidos fora da Itália.

⁶⁰ Para imóveis pertencentes a um estado membro da União Europeia (UE) e a um país membro do Espaço Econômico Europeu (EEE) que tenha um contrato de troca de informações com a Itália, o imposto é baseado no valor cadastral em vigor no país estrangeiro. Nos casos em que há falta de valor cadastral, o imposto é baseado no custo de compra do imóvel resultante ou no valor de mercado em vigor onde o imóvel está localizado. Disponível em: <<https://taxsummaries.pwc.com/italy/individual/taxes-on-personal-income>>. Acesso em 03/05/2020.

⁶¹ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019. p. 193.

⁶² Disponível em: <<https://taxsummaries.pwc.com/italy/individual/taxes-on-personal-income>>. Acesso em 03/05/2020.

⁶³ Disponível em: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REV>>. Acesso em 05/05/2020.

Países Baixos

Continente: Europa

OCDE: Sim

Alíquota: 0,58 a 1,68%

Base de Cálculo: rendimento presumido pela legislação para investimentos e poupança (inclui-se na apuração do imposto sobre a renda).

Sujeito Passivo: Para os residentes considera-se a renda universal e para os não residentes apenas a renda com vínculo holandês.

Nos países baixos, o imposto sobre a fortuna não existe como tal. No entanto, como parte da sistemática de apuração do imposto de renda, os rendimentos classificados dentro de uma determinada categoria de investimentos (ex. poupança, ações etc.) são tributados com base na posição/valor dos ativos em 1 de janeiro de cada ano⁶⁴. A tributação sobre esses recursos ocorre com base no pressuposto de que as pessoas terão um certo retorno tributável sobre seu capital líquido.

A renda tributável (renda universal para contribuintes residentes ou renda com vínculo holandês para contribuintes não residentes) é alocada em três categorias diferentes, de acordo com a fonte dos recursos: (I) rendimentos do trabalho, negócios e residência principal; (II) rendimentos de juros substanciais; e (III) rendimentos considerados como poupança e investimentos⁶⁵.

Para os rendimentos incluídos na categoria III, aplica-se uma alíquota fixa de 30%, mas que em razão da sistemática de cálculo, resulta em uma alíquota efetiva entre 0,58% a 1,68% a cada ano⁶⁶. Isto porque, sobre os rendimentos classificados na categoria III (Box 3) é presumida uma renda ficta com base em faixas de presunção de *weighted notional savings yield* e *weighted notional investment yield* e essa renda presumida (*total notional yield*) é tributada por uma alíquota fixa de 30%. As alíquotas efetivas entre 0,58% a 1,68% variam de acordo com a faixa de rendimentos de cada contribuinte.

Não foi possível aferir o potencial arrecadatório desse tributo nem a sua relação com o produto interno do país, haja vista não se enquadrar no conceito de *net wealth taxes* utilizado pela OCDE (*4210 Individual recurrent taxes on net wealth*).⁶⁷

⁶⁴ Disponível em: < <https://taxsummaries.pwc.com/netherlands/individual/other-taxes>>. Acesso em 03/05/2020.

⁶⁵ Disponível em: < <https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

⁶⁶ ERNST & YOUNG. Worldwide Estate and Inheritance Tax Guide. 2019, p. 250. e Disponível em: < <https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/private-wealth-2019/netherlands>>. Acesso em 03/05/2020.

⁶⁷ Disponível em: < <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REV>>. Acesso em 05/05/2020.

5. Conclusões

- Ao longo da história, doze países da OCDE instituíram tributos sobre fortunas em suas legislações e, atualmente, apenas três países fazem uso dessa categoria de tributo (Espanha, Noruega e Suíça).
- Três outros países (França, Países Baixos e Itália) utilizam-se de tributos sobre ativos específicos para tributar o patrimônio ou a renda de contribuintes que possuem maior capacidade contributiva e/ou ativos no exterior. A Bélgica também possuía em 2018 tributo similar, mas que foi julgado inconstitucional pela Suprema Corte do país.
- Percentualmente, conforme dados da OCDE de 2018, os valores arrecadados com os tributos sobre fortunas representam pouco da arrecadação total de tributos nesses países: Espanha (0,5%), Noruega (1,1%) e Suíça, país com a experiência mais relevante nessa espécie tributária (3,9%).
- As experiências identificadas revelam variação significativa entre as bases de cálculo atribuídas ao tributo em cada um dos países que adotam a tributação de fortunas. Para além da discussão sobre a formação da base de cálculo do tributo, são tributáveis fortunas a partir dos seguintes valores (com as peculiaridades de cada respectivo país):
 - Espanha: a partir de €700.000;
 - Noruega: a partir de aproximadamente €135.000;
 - Suíça: a partir de aproximadamente €73.141 (Zurich);
 - Bélgica: a partir de €500.000;
 - França: a partir de €800.000;
 - Itália: valor total dos ativos financeiros e propriedades imobiliárias detidas no exterior por contribuintes italianos; e
 - Países Baixos: rendimento presumido pela legislação para investimentos e poupança (inclui-se na apuração do imposto sobre a renda).
- Do mesmo modo, verifica-se grande diversidade de alíquotas aplicáveis a esses tributos:
 - Espanha: 0,2% a 2,5%;
 - Noruega: 0,85% (0,7% + 0,15%);
 - Suíça: de 0,3% a 1%;
 - Bélgica: 0,15%;
 - França: 0,5% a 1,5%;
 - Itália: 0,2% para ativos financeiros e 0,76% para propriedades imobiliárias; e
 - Países Baixos: 0,58 a 1,68%.

- O presente estudo leva em consideração a análise exclusiva de tributos que tenham como característica o enquadramento como *net wealth taxes* ou que dele se aproximem e, portanto, não analisa outros tributos incidentes sobre a renda, patrimônio e transmissão de bens por doação e/ou herança.
- A experiência internacional deve ser considerada como contribuição para o debate brasileiro, mas dados como bases de cálculo, alíquotas, entre outros, não podem ser importados ou comparados levemente sem considerar as peculiaridades de cada país e sistema tributário.